

KIYOSHI HARADA

DIREITO FINANCEIRO e TRIBUTÁRIO

29.^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.02.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

H229d
Harada, Kiyoshi

Direito financeiro e tributário / Kiyoshi Harada. – 29. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-97-02430-2

1. Direito financeiro – Brasil. 2. Direito tributário – Brasil. I. Título.

20-62419

CDU: 347.73:351.713(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO FINANCEIRO	1
1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira.....	4
1.2.1 Serviços públicos.....	5
1.2.2 Poder de polícia.....	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico.....	15
2 DIREITO FINANCEIRO	17
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro.....	17
2.2 Autonomia do direito financeiro.....	18
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	20
3 DESPESAS PÚBLICAS	22
3.1 Conceito.....	22
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	25
3.3 Classificação das despesas públicas.....	26
3.4 Execução das despesas públicas.....	27
3.4.1 Pagamento de precatório.....	30
3.5 Execução de despesas extraordinárias.....	40
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	43

XXII DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

4 RECEITAS PÚBLICAS.....	44
4.1 Conceito.....	44
4.2 Classificação das receitas públicas	46
4.2.1 Receitas originárias.....	48
4.2.1.1 Conceito	48
4.2.1.2 Modalidades de receitas originárias segundo as fontes	49
4.2.1.3 Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais	50
4.2.1.4 Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.....	52
4.2.1.5 Pedágio e sua natureza jurídica.....	56
4.2.2 Receitas derivadas	58
4.2.2.1 Conceito	58
4.2.2.2 Espécies de tributos	59
4.2.2.3 Princípios constitucionais tributários	59
4.2.2.4 Repartição das receitas tributárias	59
4.2.2.5 Regras concernentes à repartição das receitas.....	61
4.2.2.6 Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal	69
4.2.3 Multa.....	70
4.3 Compensação financeira.....	71
4.3.1 Generalidades.....	71
4.3.2 Sua instituição legal	72
4.3.3 Sua natureza jurídica	76
4.4 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	78
5 ORÇAMENTO.....	79
5.1 Conceito.....	79
5.2 Natureza jurídica do orçamento	83
5.3 Processo legislativo	84
5.4 Aspectos políticos do orçamento.....	90
5.5 Aspectos econômicos do orçamento.....	91
5.6 Princípios orçamentários.....	92
5.6.1 Princípio da exclusividade.....	93
5.6.2 Princípio da programação	93
5.6.3 Princípio do equilíbrio orçamentário.....	94
5.6.4 Princípio da anualidade	95
5.6.5 Princípio da unidade	96
5.6.6 Princípio da universalidade.....	96

5.6.7	Princípio da legalidade.....	97
5.6.8	Princípio da transparência orçamentária	97
5.6.9	Princípio da publicidade orçamentária	98
5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos	99
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais	101
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal	102
5.6.13	Outros princípios	103
5.7	Leis orçamentárias	110
5.7.1	Orçamento plurianual.....	111
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias	112
5.7.3	Orçamento anual	114
5.7.3.1	Orçamento autorizativo	116
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	121
5.7.3.3	Restos a pagar.....	128
5.7.3.4	Contingenciamento de verbas orçamentárias	133
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	136
5.7.5	Instituição de fundos.....	138
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade.....	142
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	149
5.8.1	Tipos de controle.....	155
5.8.1.1	Controle interno	155
5.8.1.2	Controle externo.....	157
5.8.1.3	Controle privado.....	159
5.9	Tribunal de Contas da União	161
5.9.1	Introdução	161
5.9.2	Composição	162
5.9.3	Atribuições.....	163
5.10	Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios.....	170
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	172
6	CRÉDITO PÚBLICO.....	177
6.1	Conceito.....	177
6.2	Evolução histórica	180
6.3	Classificação do crédito público	181
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	181
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada	181
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos	182
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	183
6.3.5	Classificação constitucional.....	185

XXIV DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

6.3.6	Vinculação da receita de impostos	185
6.4	Crédito forçado	193
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário	193
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos.....	193
6.4.3	Papel-moeda	194
6.4.4	Inflação sistemática.....	195
6.5	Crédito voluntário	196
6.5.1	Prêmios de reembolso	197
6.5.2	Juros progressivos.....	197
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados.....	197
6.5.4	Títulos da dívida pública	198
6.5.5	Lotos.....	199
6.5.6	Conversão	199
6.6	Crédito público na Constituição Federal	200
6.7	Crédito externo. Considerações gerais	203
6.7.1	FMI e Birde	205
6.8	Dívida externa brasileira	206
6.9	Banco Central e finanças públicas.....	210
7	DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	214
7.1	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Excertos.....	214
7.2	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 – Excertos	231
7.3	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.....	242
7.4	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	249
7.5	Resoluções do Senado Federal.....	260
7.5.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001	260
7.5.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001	263
7.5.3	Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996	287
7.6	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Excertos.....	287
7.7	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000	329
	PARTE II - DIREITO TRIBUTÁRIO	333
8	INTRODUÇÃO	335
8.1	Evolução do fenômeno da tributação.....	335
8.2	Conceito de direito tributário	336
8.3	Autonomia do direito tributário.....	337
8.4	Relações do direito tributário com outros ramos do direito.....	338
8.5	Fontes do direito tributário.....	338

8.5.1	Fontes materiais.....	338
8.5.2	Fontes formais	339
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais	339
8.5.2.2	Leis complementares	340
8.5.2.3	Leis ordinárias	340
8.5.2.4	Leis delegadas.....	340
8.5.2.5	Medidas provisórias.....	341
8.5.2.6	Decretos legislativos	342
8.5.2.7	Resoluções.....	343
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais	343
8.5.2.9	Decretos	346
8.5.2.10	Fontes formais secundárias	346
9	SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO.....	348
9.1	Generalidades	348
9.2	Tributos	349
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica	349
9.2.2	Espécies de tributos.....	352
9.2.2.1	Impostos.....	352
9.2.2.2	Taxas	353
9.2.2.3	Contribuição de melhoria	355
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios	357
9.2.2.5	Contribuições sociais	358
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	361
9.2.2.5.1.1	Contribuições sociais de intervenção do domínio econômico	363
9.2.2.5.1.2	Contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas	367
9.2.2.5.1.3	Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública...	371
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	373
9.2.2.5.2.1	Contribuições sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho	376
9.2.2.5.2.2	Contribuições sociais sobre o faturamento	388
9.2.2.5.2.3	Contribuição social sobre o lucro	399

9.2.2.5.2.4	Contribuição dos trabalhadores.....	404
9.2.2.5.2.5	Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos.....	405
9.2.2.5.2.6	Contribuição ao PIS/PASEP-importação e COFINS-importação.....	405
9.2.2.5.2.7	Contribuição do Funrural.....	407
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05.....	410
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos.....	412
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação ...	422
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	424
9.2.2.5.6.1	Adicional da contribuição de risco de acidente do trabalho..	426
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	427
9.3	Competência tributária.....	430
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias.....	431
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar.....	432
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	435
9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade.....	436
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	439
9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva.....	440
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios.....	441
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	444
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica.....	446
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	446
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social.....	454
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido.....	457
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal.....	458
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	459

9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza.....	460
9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas.....	461
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos..	461
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas	463
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais	463
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	464
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	465
9.3.2.16.1	Princípio da razoabilidade	466
9.3.2.16.2	Princípio da eficiência.....	468
9.3.2.16.3	Princípio da segurança jurídica	468
9.3.2.16.4	Princípio da proteção da confiança	469
9.3.2.16.5	Do dever de pagar impostos	470
9.4	Impostos da União.....	473
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação	474
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	476
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados	491
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários.....	501
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	504
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas	509
9.4.7	Impostos extraordinários	509
9.4.8	Impostos inominados	510
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira	510
9.5	Impostos estaduais.....	515
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.....	516
9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação	525
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.....	569
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda.....	572
9.6	Impostos municipais.....	572
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	573

XXVIII DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

9.6.2	Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.....	580
9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.....	587
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	587
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	593
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte ...	630
10	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	638
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.....	638
10.1.1	Leis.....	638
10.1.2	Tratados e convenções internacionais.....	639
10.1.3	Decretos.....	641
10.1.4	Normas complementares.....	641
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária ..	641
10.2.1	Vigência da legislação tributária	641
10.2.2	Aplicação da legislação tributária.....	642
10.2.3	Interpretação da legislação tributária.....	644
10.2.4	Integração da legislação tributária	645
11	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	650
11.1	Definição e espécies.....	650
11.2	Elementos da obrigação tributária.....	651
11.2.1	Lei.....	651
11.2.2	Fato gerador.....	651
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador	653
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador.....	653
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador.....	657
11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador	657
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador	658
11.2.3	Fatos geradores confrontantes.....	659
11.3	Responsabilidade tributária	659
11.3.1	Princípio e requisitos.....	660
11.3.2	Responsabilidade dos sucessores.....	661
11.3.3	Responsabilidade de terceiros	665
11.3.4	Responsabilidade por infrações.....	670
11.3.5	Denúncia espontânea.....	672

12 CRÉDITO TRIBUTÁRIO	674
12.1 Conceito e natureza jurídica	674
12.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento	675
12.2.1 Lançamento direto	678
12.2.2 Lançamento misto	678
12.2.3 Lançamento por homologação	679
12.3 Suspensão do crédito tributário	682
12.3.1 Moratória	683
12.3.2 Depósito do montante integral do crédito	685
12.3.3 Reclamações e recursos administrativos	686
12.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança	686
12.3.5 Parcelamento	686
12.4 Extinção do crédito tributário	695
12.4.1 Pagamento	696
12.4.2 Demais modalidades	697
12.4.2.1 Compensação	698
12.4.2.2 Transação	702
12.4.2.3 Remissão	703
12.4.2.4 Prescrição e decadência	704
12.4.2.5 Conversão de depósito em renda	720
12.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º	721
12.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164	721
12.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	722
12.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado	723
12.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis	723
12.5 Exclusão de crédito tributário	724
12.5.1 Isenção	724
12.5.2 Anistia	727
12.6 Garantias e privilégios do crédito tributário	728
13 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	735
13.1 Considerações gerais	735
13.2 Fiscalização	738
13.2.1 Sigilo bancário	742

13.3 Dívida ativa.....	749
13.4 Certidões negativas.....	751
14 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	754
14.1 Considerações gerais.....	754
14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo.....	756
14.2 Processo administrativo tributário federal.....	757
14.3 Processo administrativo tributário estadual.....	767
14.4 Processo administrativo tributário municipal.....	770
14.5 Consulta em matéria tributária.....	772
14.6 Revisão judicial de decisão administrativa contrária à fazenda.....	775
15 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	786
15.1 Considerações gerais.....	786
15.1.1 Tutela de urgência.....	787
15.2 Execução fiscal.....	790
15.3 Ação anulatória em matéria fiscal.....	797
15.4 Ação de repetição de indébito.....	798
15.5 Ação declaratória em matéria fiscal.....	804
15.6 Ação de consignação em pagamento.....	805
15.7 Mandado de segurança.....	806
15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal.....	812
15.9 Ação direta de inconstitucionalidade.....	813
15.10 Ação declaratória de constitucionalidade.....	818
15.11 Medida cautelar fiscal.....	820
16 PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	822
16.1 Ilícito tributário.....	822
16.2 Direito tributário penal e direito penal tributário.....	823
16.2.1 Representação fiscal para fins penais.....	828
16.3 Crimes tributários.....	832
16.3.1 Lei nº 4.729/65.....	832
16.3.2 Lei nº 8.137/90.....	833
16.4 Extinção da punibilidade.....	835
16.4.1 Retroatividade da lei benigna.....	836
16.4.2 Anistia.....	838
16.4.3 Evolução legislativa.....	843
16.4.4 Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo a qualquer tempo.....	844

16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal.....	849
16.6 Considerações finais.....	851
17 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	856
17.1 Súmula vinculante	856
17.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	859
17.2.1 Súmula vinculante do STF.....	873
17.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	875
BIBLIOGRAFIA.....	885
ÍNDICE REMISSIVO	889